

# **Demonstrações Financeiras**

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

31 de dezembro de 2018  
com Relatório do Auditor Independente

# Paranaguá Saneamento S.A.

## Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial .....	6
Demonstração do resultado .....	8
Demonstração do resultado abrangente .....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa – método indireto.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	12

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Paranaguá Saneamento S.A.**  
Paranaguá - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaguá Saneamento S.A., (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Paranaguá Saneamento S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Capitalização de gastos no ativo intangível**

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os saldos de capitalização de gastos no ativo intangível perfazem o montante de R\$ 48.061 milhões e os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados nas Notas Explicativas 2.2, 2.6 e 7.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura da concessão, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e conseqüentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos, medições e pagamentos das adições ocorridas durante o ano de 2018; (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível e sua elegibilidade à capitalização; (iii) avaliamos o processo de transferência do intangível em andamento para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização.

Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios de capitalização no ativo intangível, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Recuperabilidade do ativo fiscal diferido**

Conforme mencionado na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras, os ativos fiscais diferidos são advindos essencialmente de prejuízos fiscais acumulados e reconhecidos com base na existência de probabilidade razoável de que haverá lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. A Companhia considera o limite dos lucros tributáveis futuros disponível até ao final da concessão para compensação de tais perdas, limitado a 10 anos. Para a sua avaliação a Companhia utiliza-se de julgamentos e premissas, tais como realização das projeções de valores de receita de serviços prestados, custos, despesas administrativas e financeiras. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido ao grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos chave relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela administração e aprovadas pelos órgãos de governança. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, incluindo a expectativa de crescimento das receitas, custos e despesas, bem como comparamos certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros, suficientes para permitir sua realização.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo fiscal diferido, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2.4 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### **Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações financeiras da Paranaguá Saneamento S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu o seu relatório em 23 de março de 2018 com opinião sem modificação sobre aquelas demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

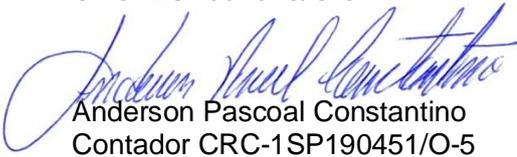
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC- 2SP034519/O-6



Anderson Pascoal Constantino  
Contador CRC-1SP190451/O-5

## Paranaguá Saneamento S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017  
(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.004	4.289
Contas a receber e outros recebíveis	5	10.639	9.688
Estoques		917	600
Impostos e contribuições a recuperar		363	301
Despesas antecipadas		153	158
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>14.076</b>	<b>15.036</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Despesas antecipadas		8	-
Contas a receber e outros recebíveis		7	7
Depósitos judiciais		1.011	982
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	11.306	6.279
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>12.332</b>	<b>7.268</b>
<b>Imobilizado</b>	6	1.999	1.271
<b>Intangível</b>	7	225.487	187.722
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>239.818</b>	<b>196.261</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>253.894</b>	<b>211.297</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017  
(Em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar	8	12.082	6.113
Empréstimos e financiamentos	9	58.049	12.495
Provisões e encargos trabalhistas	11	1.819	2.102
Obrigações fiscais		<u>1.396</u>	<u>776</u>
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>73.346</u>	<u>21.486</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos		9.113	30.684
Debêntures	10	156.898	143.168
Provisão para contingências	12	<u>1.070</u>	<u>654</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>167.081</u>	<u>174.506</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	13	28.236	28.236
Prejuízos acumulados		<u>(14.769)</u>	<u>(12.931)</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>13.467</u>	<u>15.305</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>240.427</u>	<u>195.992</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>253.894</u></u>	<u><u>211.297</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstração do resultado  
Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	17	106.444	69.932
Custo dos serviços prestados	18	<u>(72.862)</u>	<u>(38.052)</u>
<b>Lucro Bruto</b>		<u>33.582</u>	<u>31.880</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Comerciais	18	(3.426)	(3.147)
Administrativas e gerais	18	(17.464)	(16.317)
Outras (despesas) receitas		-	(2)
		<u>(20.890)</u>	<u>(19.466)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>12.692</u>	<u>12.414</u>
Receitas financeiras	19	1.699	1.615
Despesas financeiras	19	<u>(20.375)</u>	<u>(14.815)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	19	<u>(18.676)</u>	<u>(13.200)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>(5.984)</u>	<u>(786)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	<u>4.727</u>	<u>(315)</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<u><u>(1.257)</u></u>	<u><u>(1.101)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Demonstração do resultado abrangente  
Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<u>(1.257)</u>	<u>(1.101)</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>(1.257)</u></u>	<u><u>(1.101)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Lucros prejuízos	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>		28.236	(11.830)	16.406
Prejuízo líquido		<u>-</u>	<u>(1.101)</u>	<u>(1.101)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	13	<u>28.236</u>	<u>(12.931)</u>	<u>15.305</u>
Adoção da IFRS 9 / CPC 48		-	(581)	(581)
Prejuízo líquido		<u>-</u>	<u>(1.257)</u>	<u>(1.257)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<u>28.236</u>	<u>(14.769)</u>	<u>13.467</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto  
Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(1.257)	(1.101)
Ajustes para:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	370	522
Depreciação e amortização	10.807	10.341
Resultado na venda de imobilizado	-	31
Baixa de ativo intangível	77	-
Provisão para contingências	416	389
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.727)	315
Juros sobre atualização de clientes e outros investimentos	-	(1.450)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	16.696	10.916
	<u>22.382</u>	<u>19.963</u>
Variações em:		
(Aumento) em contas a receber e outros recebíveis	(2.202)	(1.025)
(Aumento) em estoques	(317)	(182)
(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(62)	(138)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(3)	8
(Aumento) redução em depósitos judiciais	(29)	11
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	5.969	187
(Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas	(283)	(116)
Aumento (redução) em obrigações fiscais	620	(168)
	<u>26.075</u>	<u>18.540</u>
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(2.160)	(24.264)
	<u>(2.160)</u>	<u>(24.264)</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais</b>	<u>23.915</u>	<u>(5.724)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de ativos imobilizado	(1.178)	(377)
Aquisições de ativo intangível	(48.199)	(14.866)
Outros investimentos	-	1.484
	<u>(49.377)</u>	<u>(13.759)</u>
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos</b>	<u>(49.377)</u>	<u>(13.759)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividade de financiamentos</b>		
Empréstimos e financiamentos tomados	27.293	163.350
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(4.116)	(142.548)
	<u>23.177</u>	<u>20.802</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos</b>	<u>23.177</u>	<u>20.802</u>
<b>(Redução) aumento líquidos em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(2.285)</u>	<u>1.319</u>
<b>Demonstração do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.289	2.970
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<u>2.004</u>	<u>4.289</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **1. Informações sobre a Companhia**

A Paranaguá Saneamento S.A. "Companhia", localizada na Avenida Vieira dos Santos, nº 333, na cidade de Paranaguá, estado do Paraná, tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a captação de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos. Iniciou suas atividades em 30 de dezembro de 1996 com a assinatura do Contrato de Subconcessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgoto sanitário no perímetro urbano da cidade de Paranaguá - Paraná. Em maio de 2008, o controle foi adquirido pela Iguá Saneamento S.A, juntamente com o Contrato de Subconcessão. Em novembro de 2011, o contrato de Subconcessão foi alterado e seu prazo aditado em 240 meses, portanto, a Companhia vai operar o sistema até 2045.

### **2. Políticas contábeis**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **2.1. Mensuração ao valor justo**

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras e outros investimentos para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, depósitos bancários vinculados, ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Mensuração ao valor justo--Continuação**

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.1. Mensuração ao valor justo--Continuação

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

O Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

#### 2.2. Receita de contrato com cliente

##### a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.2. Receita de contrato com cliente--Continuação**

##### **b) Contratos de concessão de serviços e construção**

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e considera tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

##### **c) Receita de serviços de operação**

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

#### **2.3. Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e clientes;
- Descontos obtidos;
- Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Comissões e despesas bancárias;
- Outras receitas e despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.4. Tributos**

##### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecidos no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Tributos--Continuação

##### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

#### 2.5. Imobilizado

##### a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

##### b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Imobilizado--Continuação

##### c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### 2.6. Intangível

##### a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

##### b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

##### c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.2 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

*Ativos financeiros ao custo amortizado*

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem o contas a receber de clientes.

*Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### a) Ativos financeiros--Continuação

##### ii) *Mensuração subsequente*--Continuação

##### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

##### iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

##### iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### a) Ativos financeiros--Continuação

##### iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

##### b) Passivos financeiros

##### i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### b) Passivos financeiros--Continuação

###### i) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

###### ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

##### Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

###### iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação**

##### **c) Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.8. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

#### **2.9. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de concessão e são revistas anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.9. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação**

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### **2.10. Caixa e equivalentes de Caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.11. Provisões**

##### a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### b) Provisão para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **2.12. Benefícios a empregados**

##### a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.12. Benefícios a empregados--Continuação**

##### b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

#### **2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### **2.14. Arrendamentos mercantis**

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

##### Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.14. Arrendamentos mercantis--Continuação**

##### Companhia como arrendatária--Continuação

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade no fim do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

#### **2.15. Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo.

#### **2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018**

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas mas ainda não vigentes.

A seguir apresentamos as novas normas e alterações emitidas pelo CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9 - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual impactou as demonstrações financeiras. As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, foram reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018-- Continuação

##### CPC 48 - Instrumentos Financeiros--Continuação

Abaixo demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2018, afetados pelas novas normas:

	Nota	Demonstrações financeiras divulgadas em 31/12/2017	Impactos referente adoção do IFRS IFRS9/CPC 48	Demonstrações financeiras em 01/01/2018
<b>Ativos</b>				
Contas a receber e outros recebíveis	(a)	9.688	(882)	8.806
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>15.036</b>	<b>(882)</b>	<b>14.154</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	6.279	300	6.579
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>196.261</b>	<b>300</b>	<b>196.561</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>211.297</b>	<b>(582)</b>	<b>210.715</b>
<b>Passivos</b>				
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>21.486</b>	-	<b>21.486</b>
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>174.506</b>	-	<b>174.506</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Prejuízos acumulados		(12.931)	(582)	(13.513)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>15.305</b>	<b>(582)</b>	<b>14.723</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>195.992</b>	-	<b>195.992</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>211.297</b>	<b>(582)</b>	<b>210.715</b>

- (a) Impacto relativo à adoção da análise da carteira de recebíveis, onde foi efetuado a aplicação da abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas estabelecida pelo IFRS 9 / CPC 48.
- (b) Reflexo no diferimento do imposto de renda e contribuição social em virtude do aumento da provisão de perda do valor recuperável do contas a receber e outros recebíveis.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, equivalente à norma internacional IFRS 15 - estabelece um novo modelo contendo cinco passos que devem ser aplicados às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a CPC 47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma substitui a CPC 17 - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual não impactou em diferenças significativas.

#### 2.17. Novas normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.17. Novas normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação**

O CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil é equivalente a norma internacional IFRS 16 – *Leases*, é efetivo para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso, numa base prospectiva.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui arrendamentos de equipamentos administrativos (como computadores, impressoras, copiadoras, aparelhos de videoconferência, equipamentos audiovisuais e de comunicação, máquinas de café), equipamentos operacionais (retroescavadeiras, caminhão pipa e munck, empilhadeiras, containers), veículos e de imóveis.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.17. Novas normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação**

A Companhia planeja adotar a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, conforme previsto no parágrafo C5 (b) do CPC 06 (R2). Conseqüentemente, a data de aplicação inicial será 31 de dezembro de 2018, com os efeitos sendo reconhecidos em 1º de janeiro de 2019 diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia esta avaliando o impacto da adoção desta norma.

##### Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017

###### *CPC 32 - Tributos sobre o lucro*

As alterações esclarecem que as conseqüências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as conseqüências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados.

A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Na adoção inicial destas alterações, a entidade deve aplicá-las às conseqüências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a prática atual da Companhia está alinhada a essas alterações, não se espera nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras.

###### *CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos*

As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos gerais qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A entidade deverá aplicar estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade adotá-las pela primeira vez. A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Como a prática atual da Companhia está alinhada a estas alterações, não se espera nenhum impacto sobre sua demonstrações financeiras.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.17. Novas normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação**

##### Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Como a Companhia opera em um ambiente tributário complexo, a aplicação da Interpretação poderá afetar suas demonstrações financeiras. Além disso, é possível que a Companhia necessite estabelecer processos e procedimentos para obter as informações necessárias para a aplicação da Interpretação em tempo hábil.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### a) Julgamentos--Continuação

- Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto: quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada e a receita reconhecida.

#### b) Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa nº 7 (c).

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### b) Estimativas e premissas--Continuação

##### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação*

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 15 (c) (ii).

##### *Tributos*

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido. Vide nota explicativa nº 19 (a).

##### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As informações sobre provisões de contingências da Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	43	10
Saldo bancário	1.961	1.804
Aplicações financeiras	-	2.475
<b>Total</b>	<b>2.004</b>	<b>4.289</b>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 15.

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos e em 31 de dezembro de 2017 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI foi de 9,72%. Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com liquidez diária, previsibilidade de resgate imediato, sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

### 5. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2018	2017
Contas a receber de saneamento e serviços		13.581	13.705
Direitos a faturar		3.288	2.999
(-) Provisão para perda do valor recuperável		(9.980)	(8.728)
		6.889	7.976
Partes relacionadas - operações mensais	20	73	72
Adiantamentos		3.519	1.482
Outros		165	165
		3.757	1.719
Circulante		10.639	9.688
Não circulante		7	7
<b>Total</b>		<b>10.646</b>	<b>9.695</b>

A exposição da Companhia a riscos de crédito, risco de mercado e uma análise de sensibilidade relacionados a contas a receber e outros recebíveis é divulgada na nota explicativa nº 15.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 6. Imobilizado

	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
<b>Custo</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	211	920	863	1.811	3.805
Adições	32	57	281	7	377
Saldo em 31 de dezembro de 2017	243	977	1.144	1.818	4.182
Adições	131	102	702	232	1.167
Saldo em 31 de dezembro de 2018	374	1.079	1.846	2.050	5.349
<b>Depreciação</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(120)	(633)	(658)	(1.025)	(2.436)
Adições	(25)	(65)	(100)	(285)	(475)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(145)	(698)	(758)	(1.310)	(2.911)
Adições	(30)	(63)	(142)	(204)	(439)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(175)	(761)	(900)	(1.514)	(3.350)
<b>Valor líquido contábil</b>					
Em 31 de dezembro de 2017	98	279	386	508	1.271
Em 31 de dezembro de 2018	199	318	946	536	1.999

### 7. Intangível

#### a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1)			Total
	(i)	Concessão (ii)	Software	
<b>Custo</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2017	203.825	39.549	343	243.717
Adições	14.860	-	6	14.866
Baixa	(31)	-	-	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	218.654	39.549	349	258.552
Adições	48.061	-	138	48.199
Baixa	(77)	-	-	(77)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	266.638	39.549	487	306.674
<b>Amortização</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(52.534)	(8.279)	(151)	(60.964)
Adições	(8.726)	(1.090)	(50)	(9.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(61.260)	(9.369)	(201)	(70.830)
Adições	(9.213)	(1.091)	(53)	(10.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(70.473)	(10.460)	(254)	(81.187)
<b>Valor líquido contábil</b>				
Em 31 de dezembro de 2017	157.394	30.180	148	187.722
Em 31 de dezembro de 2018	196.165	29.089	233	225.487

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 7. Intangível--Continuação

#### a) Valor contábil--Continuação

##### (i) *Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12*

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2017		2018		
		Custo	Adições	Baixa	Transferência	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	69.304	531	-	31	69.866
Rede de Esgoto	De 4 a 6	118.116	9.084	-	7.093	134.293
Rede de Água	De 4 a 5	25.228	6.080	-	2.808	34.116
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 16	1.306	-	-	155	1.461
Obras em andamento		2.294	32.366	(77)	(10.087)	24.496
Custo de empréstimos	De 4 a 5	1.553	-	-	-	1.553
Outros		853	-	-	-	853
<b>Total</b>		<b>218.654</b>	<b>48.061</b>	<b>(77)</b>	<b>-</b>	<b>266.638</b>

##### (ii) *Concessão*

Refere-se ao direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro.

	Prazo final da concessão	Prazo remanescente - anos	Custo contábil	Amortização		Saldo líquido	
				2018	2017	2018	2017
Intangível de concessão	2045	27	39.549	(10.460)	(9.369)	29.089	30.180

A seguir detalhamos o valores de intangível de concessão registrados pela Companhia:

- (a) Em maio de 2008, a CAB Paranaguá S.A. adquiriu 100% das ações representativas do capital da empresa Águaspar S.A., na qual possuía a quase totalidade das ações da Paranaguá Saneamento S.A., com exceção de 4 (quatro) ações preferenciais pertencentes aos membros do Conselho de Administração da Paranaguá Saneamento S.A., pelo valor de R\$ 59.133, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$ 39.549 conforme estudo efetuado por empresa especializada.

Por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da CAB Paranaguá S.A. pela Águaspar S.A. e, posteriormente, a incorporação da Águaspar S.A. pela Paranaguá Saneamento S.A., e a mais valia (concessão), gerada na aquisição desse investimento, foi classificada no ativo intangível. A Companhia está amortizando este intangível linearmente pelo prazo da concessão.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 7. Intangível--Continuação

#### b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

#### c) Teste por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 19-23 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2018.

O valor recuperável das UGCs foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WAAC calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas – as receitas foram projetadas entre 2019 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais – os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da companhia.
- Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 12,90%.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macro econômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 7. Intangível--Continuação

#### c) Teste por redução ao valor recuperável--Continuação

As unidades geradoras de caixa não apresentaram necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

### 8. Fornecedores e outras contas pagar

	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fornecedores diversos		9.756	3.509
Partes relacionadas - operações mensais	20	847	756
Adiantamentos		233	225
Outras contas a pagar		1.246	1.623
<b>Total</b>		<b>12.082</b>	<b>6.113</b>

A exposição da Companhia a riscos de mensuração do valor justo, de crédito e de mercado relacionados a contas a receber e outros recebíveis é divulgada na nota explicativa nº 15.

### 9. Empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa nº 15.

#### a) Termos e cronograma de amortização da dívida

<b>Linha de Crédito</b>	<b>Nota</b>	<b>Indexador</b>	<b>Juros médios a.a. (%)</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
BNDES - parte relacionada	20	TJLP	7,96	2019 a 2024	13.398	16.023
Capital de Giro		CDI	8,40	2019	19.938	19.313
Leasing				2018	-	20
Conta corrente - partes relacionadas	20				33.949	7.999
(-) Custo de transação					(123)	(176)
Circulante					58.049	12.495
Não circulante					9.113	30.684
<b>Total</b>					<b>67.162</b>	<b>43.179</b>

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 9. Empréstimos--Continuação

#### a) Termos e cronograma de amortização da dívida--Continuação

O financiamento junto ao BNDES é garantido por fiança bancária.

No contrato de capital de giro a controladora Igua Saneamento S.A. é co-devedora.

Em 19 de maio de 2017, foi firmado termo aditivo ao capital de giro pela Companhia, prorrogando o vencimento da dívida da seguinte maneira: pagamentos intermediários de juros limitados a R\$ 500 a se realizar em 21 de maio de 2018 e 21 de novembro de 2018 e liquidação do saldo devedor total em 21 de maio de 2019.

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 71
<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>contábil</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>
BNDES (*)	13.398	4.202	2.475	2.475	1.708	1.324	1.214
Capital de Giro	19.938	19.938	-	-	-	-	-
Conta corrente - partes relacionadas	33.949	33.949	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>67.285</b>	<b>58.089</b>	<b>2.475</b>	<b>2.475</b>	<b>1.708</b>	<b>1.324</b>	<b>1.214</b>

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 83
<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>contábil</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>
BNDES (*)	16.023	4.029	3.827	2.197	2.197	1.517	2.256
Capital de giro	19.313	500	18.813	-	-	-	-
Leasing	20	20	-	-	-	-	-
Conta corrente - partes relacionadas	7.999	7.999	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>43.355</b>	<b>12.548</b>	<b>22.640</b>	<b>2.197</b>	<b>2.197</b>	<b>1.517</b>	<b>2.256</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

#### *Cronograma de amortização do custo de transação*

A seguir é apresentado o montante de custos de transação dos financiamentos BNDES, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 71
<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>contábil</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>
Financiamentos	123	40	28	23	17	11	4

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 83
<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>contábil</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>
Financiamentos	176	53	39	28	23	17	16

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 9. Empréstimos--Continuação

- b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Passivos		Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	
<b>Saldos em 1 de dezembro de 2018</b>	<b>43.179</b>	<b>143.168</b>	<b>186.347</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Liberação de recurso BNDES	1.343	-	1.343
Conta corrente - partes relacionadas	25.950	-	25.950
Amortização de principal	(4.116)	-	(4.116)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>23.177</b>	<b>-</b>	<b>23.177</b>
<b>Outras variações</b>			
Provisão de juros	2.966	13.730	16.696
Pagamento de juros	(2.160)	-	(2.160)
<b>Total de outras variações</b>	<b>806</b>	<b>13.730</b>	<b>14.536</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>67.162</b>	<b>156.898</b>	<b>224.060</b>

- c) Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2018, o Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

### 10. Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Juros		2018	2017
		médios a.a. (%)	Vencimento		
Debêntures	CDI	9,40	2019 a 2025	156.898	143.168

As garantias das debêntures emitidas pela Companhia consistem (i) em garantia fidejussória em favor dos titulares das debêntures, por meio de carta de fiança firmada pela controladora Iguá Saneamento S.A. na condição de fiadora, tornando-se devedora solidária e principal pagadora da totalidade dos valores devidos até a final quitação das debêntures; (ii) totalidade das ações da Companhia, bem como todas as novas ações que sejam subscritas e integralizadas; e (iii) totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros de titularidade da Companhia, emergentes do contrato de concessão.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 10. Debêntures--Continuação

Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 a 36 meses</b>	<b>37 a 48 meses</b>	<b>49 a 60 meses</b>	<b>61 a 81 meses</b>
Debêntures	156.898	-	-	14.262	28.524	28.524	85.588

<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 a 36 meses</b>	<b>37 a 48 meses</b>	<b>49 a 60 meses</b>	<b>61 a 93 meses</b>
Debêntures	143.168	-	-	13.014	26.028	26.028	78.098

A exposição da Companhia a riscos de mercado, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes dessas debêntures, veja nota explicativa nº 15.

### 11. Provisão e encargos trabalhistas

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Salários e ordenados	546	961
Provisão de férias	1.000	903
Encargos sociais	273	238
<b>Total</b>	<b>1.819</b>	<b>2.102</b>

### 12. Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, reconheceu uma provisão no valor de R\$ 1.070 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 654 em 31 de dezembro de 2017).

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 12. Provisão para contingências--Continuação

	Cíveis e trabalhistas	
	2018	2017
<b>Saldo inicial</b>	654	265
Adições	540	641
Reversões	(124)	(252)
<b>Saldo final</b>	<b>1.070</b>	<b>654</b>

As contingências passivas de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$15.011 em 31 de dezembro de 2018 (R\$17.906 em 31 de dezembro de 2017). Nenhuma provisão foi constituída para tais contingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas na preparação destas informações trimestrais não requerem sua contabilização.

Abaixo descrevemos os processos relevantes avaliados como sendo de risco possível:

- Existe um processo estimado em R\$ 10.000. Trata-se de ação civil pública inicialmente ajuizada contra o município de Paranaguá, a agência reguladora municipal (CAGEPAR) e a concessionária dos serviços públicos de saneamento básico, com pedido de condenação à reparação civil por supostos danos ambientais e pagamento de dano moral coletivo. Os autores iniciais abandonaram extraoficialmente a causa e a União Federal, o Ministério Público Federal e Estadual assumiram a condução do processo. Houve a produção de laudo pericial ambiental favorável à concessionária, cuja autoria foi impugnada pela União Federal em razão de suspeição do perito judicial, o que motivou a suspensão da ação civil pública. A alegação de suspeição do perito já foi afastada por decisão final, diante da qual não cabe mais recurso. No momento aguarda-se apenas a definição do Juiz Federal competente para que o processo retome seu curso com o encerramento da fase de produção de provas.

### 13. Capital social e reservas

#### a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 28.236 (idêntico em 31 de dezembro de 2017), representado por 28.236.154 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	2018	2017
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 13. Capital social e reservas--Continuação

#### b) Reservas

##### *Reserva legal*

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

##### *Reserva de lucro*

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

#### c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente, a Lei nº 6.404/76 determina no mínimo a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

### 14. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Total do passivo	240.427	195.992
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.004)	(4.289)
(=) Dívida líquida	238.423	191.703
Total do patrimônio líquido	13.467	15.305
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	17,70	12,53

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 15. Instrumentos financeiros

#### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	2.475	2.004	1.814	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	5	-	-	10.646	9.695	-	-
<b>Ativos Financeiros</b>		-	2.475	12.650	11.509	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	8	-	-	-	-	12.082	6.113
Empréstimos e financiamentos (*)	9	-	-	-	-	67.285	43.355
Debêntures	10	-	-	-	-	156.898	143.168
<b>Passivos Financeiros</b>		-	-	-	-	236.265	192.636

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

#### b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2018.

#### c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 15. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

##### i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

##### ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

##### Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

##### Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 15. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

##### ii) *Risco de crédito*--Continuação

##### Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.004	4.289
Contas a receber e outros créditos (*)	5	7.127	8.213
Circulante		9.124	12.495
Não circulante		7	7
<b>Total</b>		<b>9.131</b>	<b>12.502</b>

(\*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

##### Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
A vencer	5.043	6.429
Vencidos até 30 dias	2.330	1.139
Vencidos até 60 dias	375	343
Vencidos até 90 dias	173	144
Vencidos até 120 dias	163	148
Vencidos até 150 dias	116	114
Vencidos até 180 dias	83	97
Vencidos acima de 180 dias	8.586	8.290
<b>Total</b>	<b>16.869</b>	<b>16.704</b>

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 15. Instrumentos financeiro--Continuação

#### c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

##### ii) *Risco de crédito--Continuação*

##### Perdas por redução no valor recuperável--Continuação

Saldo em 1º de janeiro de 2017	8.206
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	1.624
Valores baixados	(1.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.728
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	1.921
Adoção IFRS 9 / CPC 48	882
Valores baixados	(1.551)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.980

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. É constituído provisão do saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas e incorridas.

Desta forma, a composição da provisão por perdas ao valor recuperável é a seguinte:

	<b>2018</b>
A vencer	277
Vencidos até 30 dias	520
Vencidos até 60 dias	185
Vencidos até 90 dias	111
Vencidos até 120 dias	119
Vencidos até 150 dias	99
Vencidos até 180 dias	83
Vencidos acima de 180 dias	8.586
<b>Total</b>	<b>9.980</b>

##### iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 15. Instrumentos financeiro--Continuação

#### c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

##### iii) *Risco de liquidez*--Continuação

	Nota	2018	2017
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	8	11.849	5.888
Empréstimos e financiamentos (**)	9	67.285	43.355
Debêntures	10	156.898	143.168
Circulante		69.938	18.436
Não circulante		166.094	173.975
<b>Total</b>		<b>236.032</b>	<b>192.411</b>

(\*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

(\*\*) O montante referente a empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo apresentados sem o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 71 meses
<b>31 de dezembro de 2018</b>								
Fornecedores e outras contas a pagar	11.849	11.849	11.849	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	67.285	70.533	59.612	3.174	2.960	2.008	1.504	1.275
Debêntures	156.898	219.054	7.590	29.484	41.802	39.103	36.371	64.704
<b>Total</b>	<b>236.032</b>	<b>301.436</b>	<b>79.051</b>	<b>32.658</b>	<b>44.762</b>	<b>41.111</b>	<b>37.875</b>	<b>65.979</b>
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 83 meses
<b>31 de dezembro de 2017</b>								
Fornecedores e outras contas a pagar	5.888	5.888	5.888	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	43.355	49.368	13.736	25.900	2.826	2.636	1.790	2.480
Debêntures	143.168	223.152	-	8.017	30.395	42.658	39.807	102.275
<b>Total</b>	<b>192.411</b>	<b>278.408</b>	<b>19.624</b>	<b>33.917</b>	<b>33.221</b>	<b>45.294</b>	<b>41.597</b>	<b>104.755</b>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

##### iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 15. Instrumentos financeiro--Continuação

#### c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

##### iv) *Risco de mercado*--Continuação

###### Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e TJLP.

###### Perfil

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
Aplicações financeiras	4	-	2.475
<b>Passivos financeiros</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	33.336	35.336
Debêntures	10	156.898	143.168
<b>Total</b>		<b>190.234</b>	<b>178.504</b>

###### Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 15. Instrumentos financeiro--Continuação

#### c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

##### iv) *Risco de mercado --Continuação*

##### Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2018	Risco	Cenários					
			Provável		Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Passivos financeiros</b>								
BNDES - partes relacionadas	(13.398)	TJLP	7,03	(942)	8,79	(1.178)	10,55	(1.413)
Cédula de crédito	(19.938)	CDI	6,50	(1.296)	8,13	(1.621)	9,75	(1.944)
Debêntures	(156.898)	CDI	6,50	(10.198)	8,13	(12.756)	9,75	(15.298)
<b>Total líquido de ativos e passivos financeiros</b>	<b>(190.234)</b>			<b>(12.436)</b>		<b>(15.555)</b>		<b>(18.655)</b>
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>							<b>(3.119)</b>	<b>(6.219)</b>

##### Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2018	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Passivos financeiros</b>								
BNDES - partes relacionadas	(13.398)	TJLP	7,03	(942)	5,27	(706)	3,51	(470)
Cédula de crédito	(19.938)	CDI	6,50	(1.296)	4,87	(971)	3,25	(648)
Nota promissória	(156.898)	CDI	6,50	(10.198)	4,87	(7.640)	3,25	(5.099)
<b>Total líquido de ativos e passivos financeiros</b>	<b>(190.234)</b>			<b>(12.436)</b>		<b>(9.317)</b>		<b>(6.217)</b>
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>							<b>3.119</b>	<b>6.219</b>

Fontes: as informações do CDI foram extraídas do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN na data de 28 de dezembro de 2018 e a TJLP foram extraídas do BACEN.

##### v) *Risco de preço*

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 16. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Resultado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2018	2017
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>							
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	21.219	16.978	-	-	-	4.241	(1.166)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.664	1.211	-	-	300	153	175
Custo de transação de empréstimos	-	-	382	427	-	45	49
Imobilizado líquido - contratos de concessão	-	-	839	845	-	6	7
Direitos a faturar	-	-	1.015	925	-	(90)	91
Ágio sobre aquisições	-	-	9.890	10.261	-	371	371
Provisão para contingências	364	222	-	-	-	142	132
Outras provisões	185	326	-	-	-	(141)	26
	23.432	18.737	12.126	12.458	-	4.727	(315)
Compensação (*)	(12.126)	(12.458)	(12.126)	(12.458)	-	-	-
<b>Total líquido</b>	<b>11.306</b>	<b>6.279</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.727</b>	<b>(315)</b>

(\*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Resultado do exercício antes dos impostos	(5.984)	(786)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	2.035	267
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>		
Despesas não dedutíveis	(40)	(20)
Utilização de prejuízos fiscais PERT	-	(562)
Outras	2.732	-
<b>Imposto diferido</b>	<b>4.727</b>	<b>(315)</b>
Alíquota efetiva	(79%)	40%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 17. Receita operacional líquida

<b>Receita líquida</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saneamento	63.368	59.991
Construção	47.983	14.830
Serviços	2.679	3.281
Abatimentos e cancelamentos	(1.586)	(2.491)
Impostos sobre serviços	(6.000)	(5.679)
<b>Total</b>	<b>106.444</b>	<b>69.932</b>

### 18. Custos e despesas por natureza

<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Custo de construção	(47.983)	(14.830)
Depreciação e amortização	(9.345)	(8.892)
Despesas com pessoal	(4.880)	(4.961)
Energia elétrica	(3.530)	(3.482)
Serviços de terceiros	(3.252)	(2.180)
Outorga e taxas de fiscalização	(2.593)	(2.400)
Materiais Auxiliares	(1.439)	(1.558)
Outros custos	(644)	(274)
Materiais Diretos	(26)	(38)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(25)	(266)
Creditos de Pis e Cofins	855	829
<b>Total</b>	<b>(72.862)</b>	<b>(38.052)</b>

A Companhia efetuou reclassificação entre os grupos de contas de 2017 para permitir a comparabilidade com a natureza dos custos e despesas apresentadas em 2018.

<b>Despesas comerciais</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Despesa com pessoal	(2.206)	(2.125)
Serviços de terceiros	(476)	(199)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(370)	(522)
Outras despesas comerciais	(161)	(83)
Depreciação e amortização	(113)	(121)
Materiais	(100)	(97)
<b>Total</b>	<b>(3.426)</b>	<b>(3.147)</b>

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 18. Custos e despesas por natureza--Continuação

<b>Despesas administrativas e gerais</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Serviços de terceiros	(6.919)	(5.952)
Outras despesas	(5.120)	(2.729)
Despesa com pessoal	(3.845)	(6.026)
Depreciação e amortização	(1.338)	(1.328)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(242)	(280)
Energia elétrica	-	(2)
<b>Total</b>	<b>(17.464)</b>	<b>(16.317)</b>

### 19. Receitas financeiras e despesas financeiras

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre contas a receber de clientes	1.584	1.324
Juros de aplicações financeiras e outros investimentos	89	267
Descontos obtidos	26	15
Outras receitas financeiras	-	9
<b>Total</b>	<b>1.699</b>	<b>1.615</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures	(16.696)	(10.916)
Comissões e despesas bancárias	(3.531)	(3.637)
Outras despesas financeiras	(148)	(262)
<b>Total</b>	<b>(20.375)</b>	<b>(14.815)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(18.676)</b>	<b>(13.200)</b>

### 20. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 20. Partes relacionadas--Continuação

#### b) Remuneração de pessoal-chave da Administração--Continuação

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2018	2017
Remuneração da diretoria	804	2.061
Participação nos lucros e resultados	449	1.227
Encargos Sociais	257	658
Benefícios diretos e indiretos	81	68
<b>Total</b>	<b>1.591</b>	<b>4.014</b>

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios

de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativas as operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

#### c) Outras transações com partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>						
<b>Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber</b>	(Nota 5)	(Nota 5)	(Nota 8)	(Nota 8)		
<b>Iguá Saneamento S.A.</b>						
- Contrato de assistência técnica	(a)	-	-	232	(2.629)	(2.781)
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	-	258	-	(1.132)	(270)
<b>Repasso de recursos e custos com serviços compartilhados</b>	(c)	73	72	568	524	(103)
<b>Total</b>		73	72	847	756	(2.994)
<b>Em empréstimos e financiamentos</b>			(Nota 9)	(Nota 9)		
Conta corrente	(d)	-	-	33.949	7.999	-
Financiamento - BNDES	(e)	-	-	4.202	4.029	(1.338)
<b>Total</b>		-	-	38.151	12.028	(1.338)
<b>Não circulante</b>						
<b>Em empréstimos e financiamentos</b>			(Nota 9)	(Nota 9)		
Financiamento - BNDES	(e)	-	-	9.196	11.994	-

## Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 20. Partes relacionadas--Continuação

#### c) Outras transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Contrato de serviços de assistência técnica entre as partes, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão das controladas, no montante equivalente a 5% sobre a receita
- (b) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (c) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (d) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora Iguá Saneamento S.A. no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente
- (e) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 9.

### 21. Seguros

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, aplicáveis as controladas, são as seguintes:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Seguro garantia	48.857	46.010
Patrimonial (riscos diversos + equipamentos) (*)	41.876	20.246
Responsabilidade civil (**)	37.000	500
<b>Total</b>	<b>127.733</b>	<b>66.756</b>

(\*) Incluído montante de R\$ 30.200 relativo a limite máximo de cobertura em 31 de dezembro de 2018 compartilhado entre as demais empresas do Grupo Iguá.

(\*\*) Limite máximo de garantia em 31 de dezembro de 2018 compartilhado entre as empresas do Grupo Iguá, com sub limite para barragens de R\$ 4.000 exclusivamente para SPAT Saneamento S.A., sub limite de R\$ 10.000 para as demais empresas com exceção da Companhia e de Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto e Agreste Saneamento S.A. que compartilham o teto máximo de cobertura de R\$ 37.000.

## **Paranaguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **22. Compromissos**

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente corresponde a 5% da receita líquida.

Em 31 de dezembro de 2018 foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$2.593 (R\$ 2.400 em 31 de dezembro de 2017) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

b) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

### **Composição da Diretoria e do Conselho de Administração**

#### **Diretoria**

Luis Afonso Migliani Bazzo  
Antônio Hércules Neto

#### **Conselho de Administração**

Gustavo Fernandes Guiamarães  
Denilson de Paula Gonzaga  
Jean Paul Cabral Veiga da Rocha

#### **Contadora**

Patricia Hirano Diz  
CRC/SP nº SP-265232/O-9